



Ressarcimento de gastos com prisão está na pauta do Senado

Também podem ser votadas propostas de emenda à Constituição sobre proteção de dados pessoais e sobre simplificação fiscal e tributária em municípios pequenos



Marcos Oliveira/Agência Senado — 25/6/2019

O relatório ao projeto, que será votado no Plenário, prevê que a cobrança do ressarcimento será feita apenas depois de haver sentença definitiva pela condenação

O Plenário do Senado pode votar hoje proposta que obriga o preso a ressarcir as despesas do Estado com sua manutenção. A relatora, Soraya Thronicke, alterou o texto para que a cobrança do ressarcimento seja feita apenas depois de haver uma sentença definitiva pela condenação.

Também estão na pauta a análise de uma PEC que insere a proteção de dados pessoais no rol de garantias individuais estabelecidas pela Constituição e a votação, em segundo turno, de uma proposta que simplifica a burocracia fiscal e tributária para pequenas e microempresas em municípios pequenos. **3**

Relatório sobre Brumadinho será apresentado hoje em colegiado

O pedido de indiciamento de 14 pessoas, entre elas, executivos da Vale, está no relatório final da comissão parlamentar de inquérito que investiga as causas do

rompimento de barragem em Brumadinho. O relator, Carlos Viana, também pede a votação de projetos sobre segurança e tributação de exploração de minérios. **3**



Roque de Sá/Agência Senado — 23/5/2019

Comissão é presidida por Rose de Freitas e tem Carlos Viana como relator



Divulgação/CUI

Em reunião da Justiça restaurativa, podem participar também familiares dos envolvidos e pessoas da comunidade

Justiça restaurativa é opção no Brasil desde 2016

A Justiça restaurativa é uma técnica não punitiva de solução de conflitos. Adotada em outros países desde a década de 1970, começou a ser utilizada no Brasil, oficialmente, em

2016. Auxiliadas por um facilitador, as partes, vítima e ofensor, procuram um acordo que pacifique a relação e promova a recuperação moral dos envolvidos. **4**

Faculdade gaúcha é celebrada em sessão especial

A contribuição da Universidade Feevale para o Rio Grande do Sul, especialmente para o Vale dos Sinos, foi destacada ontem em sessão especial pelos 50 anos da instituição. **2**

Especialistas divergem sobre visão monocular

As opiniões ficaram divididas em debate sobre o projeto que dá aos cegos de apenas um olho os mesmos benefícios das pessoas com deficiência. Os defensores da proposta afirmam que a visão monocular gera dificuldades e limitações. Para os contrários, quem enxerga com um olho não necessita dos recursos de tecnologia assistida como um deficiente severo. **2**



Genildo Magalhães/Agência Senado

Audiência ocorreu na Comissão de Direitos Humanos, comandada por Paim (C)

Documento diz que jornalistas sofrem restrições

Relatório apresentado pela Federação Nacional dos Jornalistas no Conselho de Comunicação Social aponta que eles vêm sofrendo ataques e restrições no exercício da atividade. **3**

Projeto que trata de visão monocular divide opiniões

Proposta equipara pessoas cegas de apenas um olho às pessoas com deficiência. Para alguns debatedores, visão monocular não é incapacitante. Para outros, é um obstáculo físico e tem efeitos reais

UM PROJETO DE lei que dá às pessoas cegas de apenas um olho os mesmos benefícios que têm as pessoas com deficiência dividiu opiniões em audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O PL 1.615/2019, que alterar o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é relatado pelo senador Flávio Arns (Rede-PR) e tem como autores os senadores Rogério Carvalho (PT-SE), Rose de Freitas (Podemos-ES), Wellington Fagundes (PL-MT)

e Otto Alencar (PSD-BA).

Diagnosticado com visão monocular aos 10 anos, Rogério Carvalho nunca soube os motivos do seu problema. Formado em medicina, o senador disse que foi impedido de realizar cirurgias por enxergar apenas por um olho. Ele sustenta que as pessoas com essa característica são deficientes e, portanto, merecem ser incluídas na lei.

— Não ter um olho não é psicológico. É real, é físico, é material, é orgânico, e isso tem

impacto na vida — exclamou.

Representante do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), Maria Aparecida Haddad explicou que a visão monocular não é tecnicamente equiparada à condição de deficiência visual e que o cego de um olho não necessita dos mesmos recursos de tecnologia assistida. Ela defendeu mais estudos para comprovação da influência da condição monocular na qualidade de vida dos indivíduos com essa característica.

Limitações

Caso aprovada, a nova norma será denominada Lei Amália Barros. Jornalista e militante dos direitos dos deficientes monoculares, ela perdeu a visão de um olho aos 20 anos. Segundo Amália, as pessoas com visão unilateral apresentam limitações médicas, psicossociais, educacionais e profissionais.



Entre Wagner Maia e Amália Barros, Paulo Paim comanda audiência

Mecias celebra os 37 anos de seis cidades de Roraima

Mecias de Jesus (PRB-RR) homenageou, ontem, seis municípios de Roraima que comemoram 37 anos de fundação. O senador destacou os aniversários de Alto Alegre, Bonfim, Mucajá, Normandia, São Luiz do Anauá e São João da Baliza.

— Em São João da Baliza iniciei minha vida pública, como vereador. As seis localidades se tornaram municípios com a Lei 7.009, de 1982.



Jefferson Ruydy/Agência Senado

Confúcio elogia os presidentes do Senado e da Câmara

Projetos importantes para a retomada econômica estão sendo levados adiante, com seriedade, no Congresso, afirmou Confúcio Moura (MDB-RO). Para o senador, isso se deve à condução da pauta pelos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Entre os textos aprovados, Confúcio citou o Marco Regulatório do Saneamento Básico.



Jefferson Ruydy/Agência Senado

Bittar comemora acordo entre Mercosul e União Europeia

O acordo comercial firmado entre Mercosul e União Europeia na semana passada foi comemorado por Marcio Bittar (MDB-AC). O senador disse que o acordo, no futuro, vai fazer com que sejam acrescidos ao produto interno bruto (PIB) brasileiro R\$ 125 bilhões por causa da preferência que os produtos do Mercosul, especialmente os do agronegócio, terão em território europeu.



Jefferson Ruydy/Agência Senado

Izalci Lucas anuncia campanha pelos 25 anos do Plano Real

Izalci Lucas (PSDB-DF) anunciou ontem a campanha para celebrar os 25 anos do Plano Real. O senador enumerou as três etapas de implantação da nova moeda: a primeira foi um ajuste fiscal nas contas públicas, a segunda, a criação da Unidade Real de Valor (URV), moeda atrelada à cotação do dólar comercial, e a terceira, o lançamento oficial do Real, em 1º de julho de 1994.



Jefferson Ruydy/Agência Senado

Sessão especial festeja os 50 anos da Universidade Feevale

Uma sessão especial do Senado celebrou ontem os 50 anos de criação da Universidade Feevale, localizada no Vale dos Sinos, em Novo Hamburgo (RS). A sessão foi requerida pelo senador Lasier Martins (Podemos-RS), que destacou a contribuição da universidade para o Rio Grande do Sul.

— Verdadeiro orgulho dos gaúchos, a Universidade

Feevale é um exemplo de parceria bem-sucedida entre iniciativa privada e comunidade regional.

A Feevale foi criada para ser uma universidade sem fins lucrativos e promover a autonomia científica, disciplinar, administrativa e didática. A instituição oferece cursos de educação básica, graduação, pós-graduação e extensão.



Pedro Franco/Agência Senado

Com representantes da universidade gaúcha, Lasier Martins dirige sessão

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Previdência

9h Audiência para debater legado da CPI da Previdência como contribuição para reforma da Previdência. Às 12h, análise das emendas da comissão à LDO 2020.

CAE Indicação ao Banco Central

10h Análise das emendas da comissão à LDO 2020. Às 10h30, sabatina de Fernanda Nechio, indicada para a Diretoria de Assuntos Internacionais e Riscos Corporativos do Banco Central e leitura de relatório para diretoria da Instituição Fiscal Independente.

CRE Três embaixadores

10h Análise de indicações de embaixadores para Catar, Grécia e Macedônia do Norte.

PLENÁRIO Entrega de prêmio

10h Diploma José Ermírio de Moraes, que premia empresas e empresários de destaque no setor industrial.

CE Emendas

11h Após pauta de 17 itens, análise das emendas à LDO 2020.

CI Emendas

11h Após pauta de 6 itens, análise de emendas à LDO 2020.

CTFC Emendas

11h30 Após análise das emendas à LDO 2020, pauta de 11 itens.

CPI DE BRUMADINHO Relatório

13h Apresentação do relatório final da comissão parlamentar de inquérito.

CCJ Indicações para o CNJ e o TST

13h30 Sabatinas para o Conselho Nacional de Justiça e para o Tribunal Superior do Trabalho.

CMO Emendas

14h/14h30 Emendas à LDO 2020.

CAS Perda de cargo de servidor

14h30 Audiência para discutir o PLS 116/2017, que prevê a perda de cargo de servidor por insuficiência de desempenho. Entre os convidados, representantes da Central Única dos Trabalhadores, do Ministério da Economia, de policiais federais e de servidores públicos.

MP 879/2019 Gastos da Eletrobras

14h30 Análise de requerimentos.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

16h Na pauta, a PEC 57/2016, que simplifica a burocracia fiscal e tributária em municípios de pequeno porte.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Ressarcimento de gastos com prisão está na pauta

Plenário também deve votar na semana PECs sobre proteção de dados pessoais e sobre simplificação fiscal e tributária em pequenos municípios. Senadores podem ainda discutir saques do FGTS

PODE SER VOTADO nesta semana em Plenário projeto que obriga o preso a ressarcir os gastos do Estado com sua manutenção. O PLS 580/2015 chegou a entrar na pauta do Plenário em maio, mas voltou à Comissão de Direitos Humanos (CDH), onde foi aprovado com alterações.

O pedido foi feito por Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Na CDH, o projeto, do ex-senador Waldemir Moka, foi aprovado com parecer favorável de Soraya Thronicke (PSL-MS), que apresentou um substitutivo. Uma das mudanças feitas pela senadora impede a cobrança do ressarcimento até que haja uma sentença definitiva pela condenação. Outra mudança estabelece um teto no desconto das despesas com a manutenção do preso, caso



A relatora, Soraya Thronicke, fez alterações no projeto de Moka

ele não tenha condições de arcar com todos os custos. Nessa situação, o abatimento será fixado em até um quarto da remuneração recebida por ele. A relatora sugeriu ainda a suspensão da exigibilidade do débito por até cinco anos, para que haja tempo de mudança na condição econômica do devedor.

Também está na pauta a

PEC 17/2019, que insere a proteção de dados pessoais de brasileiros e estrangeiros residentes no país, inclusive os disponíveis em meios digitais, no rol de garantias individuais estabelecidas pela Constituição.

Já a PEC 57/2016, que simplifica a burocracia fiscal e tributária em pequenos municípios, está pronta para ser votada em segundo turno. A proposta busca simplificar as exigências feitas a microempresas e empresas de pequeno porte nessas cidades.

O Plenário também pode voltar a discutir o projeto que permite o saque do FGTS por trabalhadores que pedem demissão. O PLS 392/2016, da senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), esteve na pauta no fim de 2018, mas não chegou a ser votado.

CPI de Brumadinho terá relatório divulgado hoje

O relatório final da CPI que investiga o rompimento de barragem da Vale em Brumadinho (MG) será apresentado hoje pelo senador Carlos Viana (PSD-MG).

Ele vai pedir o indiciamento

de 14 pessoas, entre elas, executivos da Vale. O senador sugere a votação de projetos sobre crimes ambientais, segurança e tributação da exploração de minérios.

O fim das barragens de resíduos no prazo de dez anos e a definição do valor para o pagamento de indenizações também serão apontados no relatório, que tem votação prevista para o dia 9 de julho.

Fenaj reclama de restrições à atividade jornalística

A presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Maria José Braga, apresentou ontem ao Conselho de Comunicação Social (CCS) um relatório tratando de situações que, segundo a

entidade, caracterizam ataques e restrições ao exercício da atividade jornalística nos últimos 15 dias. Entre outros casos, ela citou intimidação a jornalistas ocorrida no domingo, durante as manifesta-

ções em defesa da Operação Lava Jato. A presidente da Fenaj apresentou ainda seu relatório ao PL 191/2015, que propõe a federalização da apuração de crimes contra a atividade jornalística.

Sergio Moro tem aprovação do povo, afirma Alvaro Dias

Alvaro Dias (Podemos-PR) intercedeu ontem a favor do ministro da Justiça, Sergio Moro. O senador destacou que as manifestações pró-Moro, no domingo, mostraram aprovação da sociedade quanto à credibilidade do ministro.

Alvaro ressaltou que o ex-juiz sai fortalecido após a publicação pelo site The Intercept Brasil de conversas que questionaram o profissionalismo do ex-juiz. Para o senador, o vazamento é criminoso e de agressões estapafúrdias.

— Ele é aplaudido nas ruas, homenageado pelo povo e vai continuar com a mesma força.

Elementos indicam que Lava Jato foi seletiva, diz Rogério

Rogério Carvalho (PT-SE) disse ontem, que a Lava Jato, antes conhecida pela primazia no combate à corrupção, começa a apresentar elementos que indicariam seletividade e conluio entre procuradores e juiz.

Diálogos publicados pelo site The Intercept Brasil, segundo o senador, mostram que o então juiz e atual ministro da Justiça, Sergio Moro, tinha um projeto de poder, ao agir parcialmente e seletivamente.

Na avaliação do senador, ao atuar assim, o ex-juiz conquistou a simpatia de brasileiros e foi indicado para assumir o cargo de ministro da Justiça.

Reguffe cobra CPI dos Tribunais Superiores

O senador Reguffe (sem partido-DF) cobrou a análise, pelo Plenário, do requerimento que solicita a criação da CPI dos Tribunais Superiores. Ele defende a instalação da comissão para apurar eventuais irregularidades em decisões do Judiciário.

Ele lembrou que o pedido para criação da CPI teve o apoio de 29 senadores, número superior ao mínimo exigido, 27. Segundo Reguffe, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, sugeriu a consulta ao Plenário e até agora os senadores não foram chamados a se manifestar.

Para Rodrigues, fala de Feliciano sobre Mourão é infeliz

Chico Rodrigues (DEM-RR) contestou críticas do deputado Pr. Marco Feliciano (Podemos-SP), em entrevista ao *Jornal O Estado de S. Paulo*, ao vice-presidente da República, Hamilton Mourão. Para o senador, o deputado fez um comentário infeliz ao afirmar que Mourão desdiz o presidente Jair Bolsonaro em tudo e mina a autoridade presidencial.

— Na qualidade de vice-líder do governo, [Feliciano] cria uma área de ruptura — aliás, tenta, porque não tem credibilidade nenhuma —, para causar um choque frontal entre o presidente da República e o vice, general Mourão.

Wellington defende proteção a animais em desastres

Wellington Fagundes (PL-MT) apresentou ontem, em Plenário, o PL 2.950/2019, que normatiza a proteção de animais em situações de desastre. O senador afirmou que teve a ideia após o rompimento da barragem em Brumadinho, que além de matar inúmeras pessoas, vitimou animais domésticos, selvagens e marinhos.

— O ser humano e os animais são indissociáveis, a ligação é inerente à nossa vida na terra. Os animais têm tutela jurídica e, como tal, são passíveis de melhorias no seu nível de proteção e também em direitos reconhecidos.

Desgoverno de Bolsonaro é notório, diz Paulo Rocha

Paulo Rocha (PT-PA) fez um balanço ontem dos seis primeiros meses do governo. Para ele, a economia está decadente e caminha para depressão. Segundo o senador, o desgoverno do presidente Jair Bolsonaro é notório. Paulo Rocha destacou ainda o “aviltamento da soberania nacional”.

— O patrimônio está entregue a interesse de outros países, notadamente norte-americanos. O pré-sal, as subsidiárias da Petrobras e as minas de urânio, sem falar nos bancos públicos, que estão sendo esvaziados, na perspectiva de serem privatizados — enumerou.

Nelsinho comemora acordo entre União Europeia e Mercosul

Nelsinho Trad (PSD-MS) comemorou ontem, em Plenário, a formalização do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia. Segundo ele, o acordo representa um mercado de US\$ 23 trilhões, com 780 milhões de consumidores e 25% do PIB do mundo.

— O governo anunciou a previsão de aumento de investimentos no país na casa dos US\$ 110 bilhões. O acordo permitirá que a maior parte dos produtos seja comercializada entre os blocos com tarifa zero e abrange bens, serviços, investimentos e compras governamentais.

Paim critica demora na concessão de benefícios do INSS

Paulo Paim (PT-RS) mostrou-se preocupado com a demora na concessão de benefícios pelo INSS. Para o senador, um dos motivos para o atraso é a falta de pessoal. Ontem, no Plenário, Paim citou reportagens do *Jornal Zero Hora* e do site BBC Brasil, segundo as quais, no Rio Grande do Sul, 73 mil pessoas aguardam há mais de 45 dias a carta de concessão de benefícios para se aposentar por idade ou por tempo de contribuição. O prazo, de acordo com o senador, ultrapassa o fixado pela Justiça para esses casos. Segundo Paim, em todo o país, dos 2,2 milhões pedidos ao INSS para concessão de benefícios, 1,4 milhão está com análise em atraso.

Bezerra elogia ações na área de infraestrutura

Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) elogiou as ações do governo no setor de infraestrutura. O senador citou os lucros arrecadados com concessões e leilões realizados no primeiro semestre. Segundo Bezerra, o leilão de áreas portuárias na Paraíba e no Espírito Santo rendeu R\$ 200 milhões. Já no setor aeroportuário, foram arrecadados R\$ 2,3 bilhões com o leilão de aeroportos, com o pagamento à vista pelas concessões, afirmou.

— Nos próximos meses, outras concessões serão viabilizadas na área rodoviária, na área portuária e na área ferroviária.

Justiça restaurativa busca pacificar conflitos

O objetivo da modalidade não é condenar, mas possibilitar um acordo entre as partes envolvidas, solucionando os problemas entre elas para além do âmbito do Judiciário

Reportagem: Ana Luisa Araujo Mora, sob supervisão
 Edição: Joseana Paganine

TODO BRASILEIRO TEM assegurado por lei o direito à integridade pessoal, mas a realidade é um pouco diferente. Quando um indivíduo agride outro, seja física, psíquica ou moralmente, é muito difícil que esse dano seja reparado. Em primeiro lugar, por causa da lentidão das ações judiciais. Mesmo quando há condenação, o encarceramento não conserta, por si só, os estragos. Tampouco impede que, cumprida a pena, o autor do delito volte a cometê-lo.

Visando justamente reparar, na medida do possível, esse tipo de dano é que nasceu a Justiça restaurativa. À primeira vista, o modelo pode parecer ingênuo e excessivamente brando com os autores de crimes. Entretanto, o método pelo qual a Justiça atua como facilitadora de um acordo entre a parte que

errou e a vítima pode ser uma saída para um país sobrecarregado por crimes, em boa parte impunes, e pelos problemas decorrentes de um sistema prisional violento e pouco educativo.

Facilitador

Por intermédio de um facilitador, a Justiça restaurativa reúne vítima, ofensor, famílias, testemunhas e comunidade. O facilitador atua como único representante do aparato judicial. O papel dele é acompanhar o processo, mas sem tomar decisões ou proferir sentenças. Cabe à vítima o papel principal, de decidir os locais das reuniões, dias e horários, e de aceitar ou não a oferta de reparação, recuperando o poder que lhe havia sido subtraído pela ação do ofensor. O desfecho resulta do entendimento entre os envolvidos.

Instituída pela Resolução 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Justiça restaurativa ganhou naquele

ano o nome de Política Nacional de Justiça Restaurativa no Poder Judiciário. Experiências nesse campo, porém, já vinham sendo realizadas desde 2005, em Porto Alegre. Em termos mundiais, o modelo data do final dos anos 1970 e foi implantado inicialmente na Nova Zelândia, no Canadá e nos Estados Unidos.

Também em 2016, o então senador Ricardo Ferraço apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 65, que instituiu o Ato Nacional dos Direitos das Vítimas de Crimes, no qual se inserem as práticas de Justiça restaurativa. O texto aguarda relatório do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Transformação

Segundo o australiano Terry O'Connell, diretor da Real Justice Australia, a Justiça precisa trabalhar para que quem prejudicou se coloque no lugar de quem foi prejudicado. Conforme O'Connell, o método restaurativo não modifica o sistema penal mas, sim, transforma as experiências que as pessoas têm nesse sistema. Ele participou de audiência pública sobre o tema no Senado, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), em maio.

— É uma forma útil e justa de resolver conflitos, especialmente no âmbito dos delitos de menor poder ofensivo e de outros crimes que, embora graves, precisam não apenas da resposta penal tradicional, mas de um grau maior de resolutividade social, empoderamento das vítimas e restauração dos laços e valores sociais — argumentou o senador Lucas Barreto (PSD-AP), que presidiu a audiência.

A juíza Carline Nunes aplica a Justiça restaurativa na comunidade Ambrósia, uma das mais violentas do Amapá, no município de Santana. Segundo ela, o sistema resolve processos, e não conflitos, levando em conta ainda as falhas da Justiça punitiva, como su-

perlotação de presídios.

— Porque é fácil julgar e dar sentenças. Mas, no dia seguinte, as pessoas têm problemas de novo e voltam pedindo por mais justiça. É por isso que passei a valorizar a restauração e a pacificação social — disse a juíza.

O método pode até ajudar a solucionar conflitos aparentemente insolúveis por envolverem perdas muito dolorosas.

Em dezembro de 2013, em Planaltina (DF), distante apenas 45 km do Congresso, Leonardo Monteiro atropelou seis pessoas da mesma família, matando a matriarca. A filha mais nova da vítima perdeu parcialmente a visão. A nora ficou traumatizada e por isso não conseguia engravidar. Leonardo, que fugiu para não sofrer linchamento, foi acusado de homicídio culposo, mas um ano e meio após o acidente, não tinha sido julgado.

O técnico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) Júlio César Melo propôs um encontro entre a família e o acusado, que foi precedido de 19 encontros individuais. Ao final, o motorista compreendeu a dimensão de seu erro e concordou em pagar parte da cirurgia da criança e o tratamento de fertilização da nora da vítima, embora não tenha sido necessário: com a resolução do caso, o trauma foi superado e a moça conseguiu engravidar. O ofensor foi condenado à pena mínima, dois anos em regime semiaberto.

Acordo

A reparação associada a uma pena judicial não é uma regra rígida. Tudo vai depender do acordo estabelecido e da percepção do juiz sobre a gravidade do caso.

A iniciativa de aplicar a Justiça restaurativa em um caso pode ser tanto do magistrado quanto dos envolvidos. O que o

Justiça criminal x restaurativa

Foco passa do encarceramento como punição para a reparação de danos

Justiça criminal	Justiça restaurativa
O crime é uma violação da lei e do Estado	O crime é uma violação de pessoas e de relacionamentos
As violações geram culpa	As violações geram obrigações
A Justiça exige que o Estado determine a culpa e imponha uma punição (sofrimento)	A Justiça envolve vítimas, ofensores e membros da comunidade num esforço comum para corrigir a situação
Foco central: os ofensores devem receber o que merecem	Foco central: as necessidades da vítima e a responsabilidade do ofensor de reparar o dano cometido

Três perguntas diferentes

Que leis foram infringidas?	Quem sofreu danos?
Quem fez isso?	Quais são as necessidades?
O que o ofensor merece?	De quem é a obrigação de suprir as necessidades?

Fonte: Manual de Gestão para Alternativas Penais/Ministério da Justiça/PNUD

modelo busca é aproximar vítima e ofensor, mas garantindo à vítima um papel de protagonismo durante o processo.

Em 2014, dois vizinhos da zona rural do DF brigavam pelos limites das terras. O processo foi levado à vara cível e resolvido em tribunal. Ainda assim, eles continuaram a brigar pelas águas de uma mina. Animais de uma das chácaras foram mortos. Nesse caso, o acordo restaurativo envolveu, além das partes, a Agência Nacional de Águas e a ONG ambiental WWF, que sugeriram a adoção de um programa de duplo apadrinhamento da mina.

Para a Coordenadora do Programa Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT), Catarina Correia, é comum que a Justiça restaurativa seja relacionada à impunidade, mas o modelo está longe disso. “É punição inteligente”, afirma ela em vídeo didático sobre o assunto produzido pelo tribunal.

Titular do Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa do TJ-DFT, o facilitador Júlio César Melo explica, no mesmo vídeo, que a Justiça criminal pode ser, muitas vezes, ineficiente, ao não garantir que o autor de um delito entenda que agiu errado. “Ele vai ser preso, fica com mais raiva, volta para a sociedade e aí se sente ainda mais justificado para continuar cometendo um crime”.

A promotora Sílvia Canela, que atua em comunidade violenta do Amapá, promove círculos de discussão voltados ao engajamento da comunidade, nos quais as pessoas escutam as histórias e perspectivas umas das outras. Conforme relatou no Senado, dezenas de meninas pararam de se automutilar, a criminalidade na região caiu e a escola do local registra crescente Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

— Precisamos ter um novo olhar para o ser humano, para o conflito e para a sociedade — disse a promotora.

Métodos de Justiça restaurativa

Maleabilidade do modelo permite aplicar o rito mais interessante para cada caso



Círculo

Pré-círculo: o facilitador convida os envolvidos no conflito e explica como será o encontro.

Círculo: vítima e ofensor se conhecem, contam histórias sobre o que levou cada um a estar ali, conversam sobre o problema entre eles e constroem um acordo para reparar os danos.

Pós-círculo: os envolvidos se encontram depois de um tempo para checar se o acordo está sendo cumprido.



Conferência de grupo familiar

O objetivo é apoiar o ofensor para que ele mude de comportamento e pode ser feito sem a presença da vítima em alguns casos. Participam membros da comunidade e familiares da vítima e do ofensor.



Mediação vítima-ofensor-comunidade

Encontro de vítima e ofensor coordenado por um facilitador na tentativa de estabelecer um acordo. Caso a vítima recuse o encontro, a mediação pelo facilitador pode ser feita de forma indireta. Membros da comunidade e família dos envolvidos podem participar.

Fonte: Manual de Gestão para Alternativas Penais/Ministério da Justiça/PNUD

Saiba Mais

Manual de Justiça restaurativa
<http://bit.ly/manualJusticaRestaurativa>

Política Nacional de Justiça Restaurativa
<http://bit.ly/politicaJusticaRestaurativa>

Enciclopédia Jurídica da PUC-SP
<http://bit.ly/enciclopediaJuridica>

Ministério Público do Paraná
<http://bit.ly/mpjjJusticaRestaurativa>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania